

# Brookfield negocia controle da Odebrecht Ambiental

## Saneamento

Ivo Ribeiro  
De São Paulo

O fundo canadense de infraestrutura Brookfield está fechando as negociações para assumir o controle da empresa de saneamento Odebrecht Ambiental, do grupo Odebrecht, conforme apurou o **Valor** com fontes do setor a par das negociações.

O valor do negócio, pela totalidade das ações da empresa, é esti-

mado entre R\$ 5 bilhões e R\$ 6 bilhões. O grupo Odebrecht detém 70% do capital da companhia.

A divisão de infraestrutura da Brookfield tem sido bastante ativa em aquisições no país. Tem ativos nas áreas de energia, ferrovia (26,5% da VLI) e de concessões rodoviárias (co-controla a Arteris com a espanhola Abertis). Recentemente, esteve próxima de assumir os 24,5% da OAS na holding de infraestrutura Invepar.

A Odebrecht ambiental, que tem atuação em concessões de

água e esgoto, além de clientes industriais, integra o pacote de ativos colocados à venda pelo grupo Odebrecht. O objetivo é arrecadar R\$ 12 bilhões até o fim do ano, desfazendo-se de diversos negócios em áreas como energia, saneamento e empreendimentos imobiliários, no país e exterior.

Os recursos serão utilizados para abater dívidas do conglomerado empresarial, envolvido na Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investiga desvios em contratos da Petrobras.

No momento, a Odebrecht finaliza as negociações com vários bancos da rolagem da dívida de R\$ 13 bilhões da empresa de açúcar e etanol, a Odebrecht Agroindustrial. Entre capital e ativos, o grupo — detentor da totalidade do capital da empresa — deverá pelo menos R\$ 4 bilhões.

O grupo Odebrecht tem como sócio no capital da empresa, com 30% das ações, o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS), gerido pela Caixa Econômica Federal

e aplica recursos em empresas com atuação na área de infraestrutura, como energia, saneamento e outras concessões.

A Odebrecht Ambiental, montada a partir de 2009, tem presença em 11 estados brasileiros. No ano passado teve receita bruta operacional da ordem de R\$ 2,3 bilhões, o que representou crescimento de 17% sobre os R\$ 1,97 bilhão de 2014. É considerada um ativo bom, lucrativo, por especialistas desse setor. O balanço de 2015 ainda não foi divulgado.

O grupo Odebrecht e a empresa contam a assessoria, nessa transação, dos bancos Bradesco, Itaú e BTG Pactual, contratados desde o último trimestre de 2015 para buscar candidatos. Além da Brookfield, houve interesse de grupos franceses. A empresa chegou a cogitar a busca de um sócio, mas a ideia não prosperou.

O grupo Odebrecht e a empresa informaram que não comenta o assunto de venda, já admitida pelo conglomerado. A Brookfield preferiu também não comentar.

**Concessões** Com prejuízo de R\$ 1,7 bilhão, há dúvidas sobre capacidade de pagar as dívidas de curto prazo

## Balanço expõe posição delicada da Invepar

Victória Mantoan e  
Juliana Machado  
De São Paulo

Com prejuízo bilionário em 2015, a holding de infraestrutura Invepar entra em 2016 com dúvidas sobre sua capacidade de pagar dívidas de curto prazo e manter sua operação e de suas controladas. Após quase um mês de atraso, a concessionária do aeroporto de Guarulhos divulgou os resultados referentes ao exercício de 2015, em que reportou prejuízo de R\$ 1,72 bilhão, quase quatro vezes o visto em 2014. O prejuízo atribuído aos sócios controladores foi de R\$ 956,2 milhões. A "incerteza significativa" sobre a capacidade de continuidade operacional da companhia foi motivo para ênfase do auditor do balanço, a Deloitte.

A administração da companhia informou, por meio das notas explicativas que acompanham as demonstrações financeiras, que uma das soluções para o reequilíbrio das finanças no curto prazo é o su-

cesso da venda da LAMSAC (Linha Amari S.A.C.), concessionária que detém no Peru, mas diz que, para isso, a operação precisa acontecer em um "prazo próximo".

Já no fim de 2015 a Invepar capotou R\$ 2 bilhões em debêntures com o objetivo de rolar dívidas. Os bancos privados, porém, entraram com apenas um quarto do montante. Os próprios acionistas da companhia, os fundos de pensão Petros, Previ e Funcef, tiveram de entrar com R\$ 1 bilhão. Outros R\$ 500 milhões foram injetados pela canadense Brookfield, que na época negociava ficar com as ações da OAS na Invepar. O **Valor** apurou que a posição dos bancos é de que só voltariam a financiar Invepar uma vez equacionada a saída da empreiteira, acionista do bloco de controle da empresa.

A expectativa da companhia é de que a venda no Peru resolva o aperto financeiro, já que, conforme a administração, os recursos seriam suficientes para quitar as debêntures, consideradas de custo

elevado e com resgate obrigatório em caso de venda de ativos, e ainda pagar compromissos de curto prazo. Fontes do mercado e próximas à empresa estimam que o valor do ativo esteja acima de US\$ 1 bilhão.

Neste mês a empresa teve de renegociar mais 30 dias de prazo para debêntures da controlada Metro Barra, no valor de R\$ 600 milhões, captadas como empréstimo ponte, que venceram em 21 de abril. A companhia expressa nas notas explicativas a expectativa de concluir as condições necessárias à liberação do financiamento de longo prazo. Caso a liberação do financiamento não ocorra no prazo esperado, porém, "a controlada e a Invepar seguirão renegociando o vencimento das debêntures junto aos atuais credores".

A empresa teve, em um ano, um agravamento da sua dívida de curto prazo, ao mesmo tempo em que piorou sua posição de caixa. A Invepar contava, em 31 de dezembro de 2015, com um passivo circulante total, ou seja, o compromisso



Atualização da outorga fixa do aeroporto de Guarulhos, paga ao governo federal, pesou na linha de despesas financeiras

que tem de pagar em até 12 meses, de R\$ 5 bilhões e somava, nas linhas de caixa e equivalentes e aplicações financeiras de curto prazo, R\$ 649,2 milhões. Um ano antes, reportava R\$ 2,69 bilhões de passivo circulante e R\$ 1,26 bilhão de caixa e equivalentes e aplicações financeiras de curto prazo.

A receita operacional líquida cresceu 12,5% em 2015, para R\$ 3,4 bilhões. Os custos dos serviços prestados subiram 15,3%, somando R\$ 2,1 bilhões. Além disso, a Invepar teve resultado financeiro negativo em R\$ 2,11 bilhões, contra R\$ 968,2 milhões em 2014.

A principal responsável pelo inchaço na linha das despesas financeiras é a atualização da outorga fixa de Guarulhos. A concessionária é obrigada a pagar a União uma contribuição fixa, em parcelas anuais reajustadas pelo IPCA. A atualização referente ao fim de 2015, informou a empresa, somou R\$ 1,8 bilhão, dos quais R\$ 1,22 bilhão foram registrados como despesa financeira do período. No ano anterior, a despesa financeira referente a essa atualização foi de R\$ 472,1 milhões.

Outro ponto de preocupação para a empresa diz respeito às in-

vestigações da Operação Lava-Jato. Os auditores do balanço fizeram ênfase também sobre essa questão. A Invepar diz, nas notas explicativas, que não há qualquer indício de que venha a ser afetada pelos resultados das investigações. O auditor destaca, porém, que seu desfecho e eventual efeito para a empresa não é conhecido.

A participação de 24,4% do capital social da Invepar foi o principal ativo colocado à venda pela OAS na sua recuperação judicial. As ações devem ir para os detentores de bonds da OAS Investimentos, fundos abutres.

# Mendes Júnior é considerada inidônea e pode fechar delação

## Construção pesada

Murillo Camarotto, Daniel Rittner, Máira Magro e Marcos de Moura e Souza  
De Brasília e Belo Horizonte

Saiu ontem a primeira declaração de inidoneidade para uma empresa suspeita de participação no escândalo de corrupção investigado pela Operação Lava-Jato. Com a decisão, proferida pela Controladoria Geral da União (CGU), a construtora Mendes Júnior está impedida de participar de licitações para obras públicas federais, estaduais e municipais.

A empresa integrava o rol de 29 grupos processados pelo governo por irregularidades em contratos com a Petrobras. O ministro-chefe da CGU, Luiz Navarro, disse ao **Valor** que a Mendes Júnior se recusou a negociar qualquer acordo de leniência e que, durante todo o processo, insistiu em uma única tese: a empresa foi extorquida por políticos e agentes da Petrobras. "Nós não acatamos essa argumentação", afirmou o ministro.

Mas ontem, após decisão da CGU, dois interlocutores importantes da direção da Mendes Júnior indicaram que a empresa está a caminho de firmar um acordo de leniência com a Justiça. Com isso, a

construtora se comprometeria a revelar detalhes sobre o esquema de desvios de recursos envolvendo as construtoras e a Petrobras em troca de punições mais brandas.

Segundo uma das fontes ouvidas pelo **Valor**, a decisão da CGU não seria o principal motivador de um acordo judicial, mas teria seu peso. Outra pessoa avalia que a inidoneidade poderá levar a família que controla a construtora a revelar o que sabe sobre irregularidades em contratos públicos.

O processo da CGU usou informações compartilhadas pela Justiça Federal, além de dados obtidos com o Ministério Público Federal (MPF), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Petrobras. Também foram ouvidos investigados que fecharam acordo de delação premiada na Lava-Jato, como Alberto Youssef, Paulo Roberto Costa, Pedro Barusco e Mario Goes.

Segundo a CGU, a acusação contra a Mendes Júnior foi formulada com base em duas irregularidades previstas na Lei 8.666/93. A primeira foi a prática de atos lesivos para frustrar os objetivos da licitação, caracterizada pelo conluio entre empresas que prestavam serviços à Petrobras. A outra foi a demonstração de não ter idoneidade para contratar com a administração,

como ficou demonstrado na prática de atos ilícitos, caracterizada pelo pagamento de propina a agentes públicos para garantir a continuidade de ajustes anticompetitivos.

De acordo com o processo, a construtora combinava previamente com os concorrentes as licitações que cada um deveria vencer e quem faria propostas de cobertura para gerar aparente legitimidade. A Controladoria também afirma que ficou comprovado o uso de empresas de fachada para forjar pagamentos.

Tradicional construtora de grandes obras públicas, a Mendes Júnior pediu recuperação judicial em março. A companhia tem até 15 de maio para apresentar um plano de pagamento de débitos que somam R\$ 253 milhões. Alguns de seus principais executivos chegaram a ser presos e Sérgio Cunha Mendes, então vice-presidente, foi condenado no fim do ano passado pelo juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, a 19 anos e 4 meses por crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

Em uma breve nota, a companhia afirmou que ainda não teve acesso às razões da decisão da CGU, "mas, desde já, informa que adotará todas as medidas legais para resguardar os seus direitos."

## CGU deve provocar "corrida" por leniência de companhias da Lava-Jato

Leticia Casado  
De Brasília

A declaração de inidoneidade da Mendes Júnior pela Controladoria-Geral da União deve provocar uma corrida por acordos de leniência entre as empresas envolvidas na Operação Lava-Jato. A perspectiva de estrangulamento financeiro gerado pela proibição de assinar contratos com o setor público acendeu o alerta nas companhias, que devem iniciar ou intensificar as conversas junto a órgãos administrativos e penais — como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e o Ministério Público Federal (MPF), além da própria CGU.

A Mendes Júnior deve recorrer da decisão da CGU nos tribunais superiores. A empresa informou ontem em nota que "adotará todas as medidas legais para resguardar os seus direitos". A companhia no entanto não respondeu sobre o impacto da decisão nas negociações para acordo de delação premiada de ex-executivos — incluindo o ex-vice-presidente da compa-

nhia Sergio Cunha Mendes.

Mesmo se recorrer, a Mendes Júnior deve ter dificuldades para conseguir reverter a punição dada pela CGU, diz uma fonte próxima ao assunto, para quem vai "ser difícil" achar alguém para anular punição a empresa envolvida na Lava-Jato.

A proibição de contratar com o setor público aumentou o risco de inviabilizar novos acordos, uma vez que a empresa, que já fez pedido de recuperação judicial, terá menos dinheiro em caixa para pagar as multas impostas nessas negociações. Como mostrou o **Valor** em março, a Mendes Júnior negocia acordos de delação de quatro executivos e de leniência com o MPF.

A situação de Sergio Cunha Mendes também é delicada: os procuradores da Lava-Jato têm se mostrado pouco interessados pelas informações do executivo, uma vez que o que ele teria a delatar já foi feito em outras colaborações, disse uma fonte a par do assunto. Ele foi condenado a 19 anos e 4 meses de prisão por

corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa pelo juiz Sergio Moro, responsável pela Lava-Jato na primeira instância.

A decisão da CGU gerou tensão entre as empresas da Lava-Jato que negociam o "pacote" de acordos de delação e leniência por ressaltar a importância de se criar um ambiente com segurança jurídica para os acordos, disseram ao **Valor** fontes envolvidas nas negociações. As companhias temem fechar acordo com um órgão e ser processado por outro. Desde 2014, quando estourou a Lava-Jato, a CGU instaurou processo administrativo de responsabilização contra 29 empreiteiras investigadas na operação, das quais cerca de dez procuraram o órgão para negociar leniência.

A decisão de ontem da Controladoria chamou a atenção entre as empresas da Lava-Jato por ter sido feita durante momento político conturbado. Fontes que atuam nas negociações disseram que projetavam a primeira resposta da CGU para daqui a algumas semanas.

Inscreva sua empresa na pesquisa **Valor Carreira 2016.**

É gratuita e com o índice exclusivo de engajamento dos funcionários.

Acesse: [valor.com.br/ValorCarreira](http://valor.com.br/ValorCarreira)

**Valor**  
**CARREIRA**  
AS MELHORES  
NA GESTÃO  
DE PESSOAS  
**2016**